

Congresso tenta de hoje a 5 de dezembro limpar a sua pauta

Brasília — Os líderes partidários no Congresso mantiveram uma reunião ontem para um acordo que permita o sucesso do esforço concentrado que será realizado de hoje até o próximo dia 5 de dezembro, com sessões, inclusive, aos sábados e domingos, para "limpar" a pauta de votações com importantes matérias, como convocação da Constituinte, reforma tributária, reforma fiscal, orçamento da União e aumento do funcionalismo, entre outras. O calendário das votações, entretanto, só deverá ser definido hoje.

Durante a reunião do Conselho Político, com o presidente Jose Sarney, os líderes da Aliança Democrática assumiram o compromisso de aprovar as emendas e projetos de lei do interesse do Governo e esperam contar com o respaldo de suas bancadas e mais da bancada do PDS. A matéria mais polêmica é a emenda de convocação da Constituinte, que traz a anistia acoplada e deve ser a que abrirá a série de votações.

Em outubro passado, a questão da anistia gerou muitos problemas, com grande parte da bancada do PMDB recusando a proposta que tem o aval do Planalto e foi negociada entre líderes pemedebistas e ministros militares. O PMDB está tentando resolver este ponto e ontem manteve várias reuniões, inclusive com os representantes dos militares cassados pelo regime de 64.

São as seguintes as principais votações previstas para o esforço concentrado que se inicia hoje:

Constituinte — A mais polêmica das matérias em votação este ano, por comportar a revisão da anistia e a ampliação dos prazos de desincompatibilização para nove meses. A anistia continua sendo objeto de negociações, pois o Governo teme que sua forma pouco ampla leve à rebelião parte da Aliança Democrática, criando um impasse que comprometa a convocação da Constituinte. A emenda ainda está no primeiro turno de votação e tem, além dos destaques relativos à anistia, um outro que pode tornar a Assembléia Constituinte praticamente exclusiva, na medida em que seus integrantes só teriam poderes congressuais após a aprovação da nova Constituição.

Reforma tributária — Já foi integralmente aprovada em primeiro turno e agora pode enfrentar dificuldades no segundo turno, caso haja pressões dos prefeitos eleitos para torná-la mais flexível. Restitui poderes aos municípios, na medida em que as prefeituras terão maior participação na partilha dos impostos. Como as outras matérias econômicas, ficará para os últimos dias do esforço concentrado.

Orçamento da União — Esta mensagem do Governo também deverá ter passagem fácil no Congresso, até porque, sem a devolução das prerrogativas parlamentares, os deputados e senadores têm pouco poder para modificar a mensagem presidencial. Sua não aprovação significaria, também, a paralisação do país, o que não interessa aos congressistas.

Reforma fiscal — O Governo ainda não definiu totalmente a reforma fiscal a ser enviada ao Congresso e há uma grande expectativa em torno dessa matéria, que poderá provocar complicações no Congresso, caso o Governo insista em aumentar impostos dos assalariados. Nem o PMDB e nem o PFL, partidos de sustentação do Governo, aceitarão qualquer tentativa nesse sentido. Deve ser a última matéria a ser votada.

Lei Orgânica dos Partidos — As lideranças partidárias ainda não chegaram a nenhum consenso sobre esta matéria, que é votada em separado pela Câmara e pelo Senado. O PFL quer a sua aprovação, assim como o PMDB, mas ela tem vários pontos polêmicos, que podem atrapalhar sua tramitação. Não é vista com bons olhos pelo PDS e dificilmente será votada.

Economiários — Por iniciativa da Aliança Democrática deverá entrar no esforço concentrado um projeto de lei para reduzir a jornada de trabalho dos economiários de oito para seis horas. Tem a simpatia de todos os partidos.

Vale transporte — Antes das eleições, o projeto foi discutido na Câmara e já há consenso entre as lideranças para a sua aprovação.

Isenção de IPI para taxistas — Projeto já aprovado na Câmara, que fixou em seis meses o prazo de isenção, passará agora pelo Senado.

Aumento do funcionalismo — Como há um compromisso do presidente José Sarney de não legislar através de decreto-lei, os líderes da Aliança Democrática estão aguardando que ele mande ao Congresso a mensagem de aumento do funcionalismo público federal. Não existe ainda idéia dos percentuais a serem fixados na mensagem, que deverá ser uma das últimas a ser votada.

Plano de informática — Prevê a reserva de mercado para micro e minicomputadores. É uma matéria polêmica, pois parte do PDS, à frente o senador Roberto Campos (MT), quer reabrir o mercado para as multinacionais. O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana, já prometeu obstruir a votação.

PND — Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 1986/89. Ele estabelece duas condições básicas para o êxito da retomada do crescimento econômico: redução das taxas de juros internas e uma menor transferência de recursos para o exterior, através da renegociação da dívida externa.

Criação, na Justiça trabalhista de novas juntas de Conciliação e Julgamento.